

Hoje, eu quero falar sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS. Como você sabe, o Fundo é constituído por depósitos mensais, que os patrões fazem nas contas dos empregados. Ele é uma espécie de poupança, que o trabalhador pode retirar em certos casos, por exemplo, quando compra casa própria. Enquanto o dinheiro do FGTS não é usado pelo trabalhador, ele é emprestado e aplicado para construção de casas, em obras de saneamento, e assim por diante. E quem ganha com esse empréstimo? Ganham as comunidades que não têm água encanada nem rede de esgoto. Ganham as pessoas que não têm onde morar. Ganham os trabalhadores, porque são gerados mais empregos e porque os juros desses empréstimos retornam para o próprio FGTS, portanto, para o trabalhador.

Por isso, é muito importante que os patrões cumpram a lei, que assinem a Carteira de Trabalho dos seus empregados. É a Carteira de Trabalho assinada que garante o direito do trabalhador. E o FGTS é um desses direitos. Se você não tem carteira assinada, reclame. Você tem esse direito.

Desde o Plano Real, a arrecadação do FGTS aumentou, porque foram criados mais empregos e o salário do trabalhador melhorou. Também cresceu o número de trabalhadores com carteira assinada. Isso aconteceu porque, desde maio, o Ministério do Trabalho, com a colaboração da Caixa Econômica Federal, está fiscalizando com mais rigor as empresas. O resultado foi imediato. Veja só: até maio, a média de arrecadação do Fundo de Garantia era de 600 milhões de reais, por mês. De

maio para cá, aumentou para 750 milhões de reais, por mês. E o importante é que esse aumento é real, porque felizmente, hoje, o Brasil tem uma inflação baixa.

Na quinta-feira, eu vou receber aqui, no Palácio do Planalto, os Governadores do Norte e do Nordeste. Nós vamos assinar convênios para passar aos Estados a responsabilidade sobre a aplicação dos recursos do FGTS.

Conforme eu havia prometido aqui no rádio, no início de maio, já começamos com dois programas que têm recursos do FGTS: o Pró-Moradia e o Pró-Saneamento. Estes dois programas, apresentados pelo Ministério do Planejamento, vão melhorar as condições de vida das famílias que ganham até três salários-mínimos. O dinheiro vai ser usado na reforma e construção de casas, na regularização de terrenos e na construção de redes de água e esgoto. E tudo vai ser feito por meio das Prefeituras e dos Governos Estaduais. E sem risco de o dinheiro ser desviado para fins políticos. Sabe por quê? Porque, agora, é um Conselho – formado por pessoas do Governo do Estado, Prefeitos e representantes da comunidade – que vai definir os projetos mais importantes e as comunidades que vão ser beneficiadas.

Todos os Conselhos têm uma Secretaria Executiva, que funciona na Capital dos Estados. É a essa Secretaria que os prefeitos devem se dirigir, para conseguir todas as informações sobre os dois programas.

Depois, o processo é o seguinte: o prefeito preenche uma carta-conсульта, explicando que tipo de projeto pretende desenvolver e encaminha para o Conselho. O Conselho analisa todas as propostas que recebe e define o que deve ser feito primeiro. Aí, os projetos escolhidos são encaminhados para a Caixa Econômica Federal, que libera o dinheiro.

O Pró-Moradia e o Pró-Saneamento vão atender, inicialmente, os moradores das periferias das grandes cidades e dos municípios mais pobres do País, que já fazem parte do Programa Comunidade Solidária. Os dois programas já estão funcionando em alguns Estados e chegarão a todos os Estados assim que forem assinados os convênios, como estes, que vamos assinar na quinta-feira, com os Governadores do Norte e do Nordeste.

Acho que deu para você ter uma idéia do que o nosso Governo pode fazer, dividindo, com os Estados e Municípios, a responsabilidade de devolver a você, que é trabalhador, o dinheiro do FGTS. Devolver esse dinheiro, através de obras que melhorem a sua vida.